

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA:

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos
R. Gago Coutinho, 52, 3º andar. Laranjeiras. Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística - AP 1 e 2 da Secretaria Municipal de Urbanismo
1ª Gerência de Licenciamento e Fiscalização Lagoa - Avenida Bartolomeu Mitre, 1297

Coordenação de licenciamento e fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda
6ª IRLF (Lagoa) - Av. Bartolomeu Mitre, 1297

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) - Rua Amoroso Lima, 15. Cidade Nova. 2273-3141

Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo (construções a partir da década de 1930) - Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá
Arquivo Nacional - Praça da República, 173. Tel.:2179-1228

Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo. Tel.:3289-4600

Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - Centro. Tel.: 2220-9484 e 3095-3879

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Av. Augusto Severo, 8/10º andar

Guia das APACs

Botafogo

Humaitá

01

02

03

04

05

06

07

08

09

n.10

11

12

13

14

15

16



Ano II Nº I 2012

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Rua Gago Coutinho, 52, 3º andar
 CEP: 22.221-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ
 Tel: (21) 2976-6626 Fax: (21) 2976-6615
 www.rio.rj.gov.br/patrimonio

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Vice-prefeito

Carlos Alberto Vieira Muniz

Secretário da Casa Civil

Guilherme Nogueira Schleder

Presidente IRPH

Washington Menezes Fajardo

Coordenadora de Projetos e Fiscalização

Laura Di Blasi

Gerente de Cadastro, Pesquisa e Proteção

Henrique Costa Fonseca

Gerente de Conservação e Fiscalização

Luiz Eduardo Pinheiro da Silva

Textos

Equipe IRPH

Fotos

Acervo IRPH

Diagramação / Impressão / Acabamento

Ediouro Gráfica e Editora LTDA.

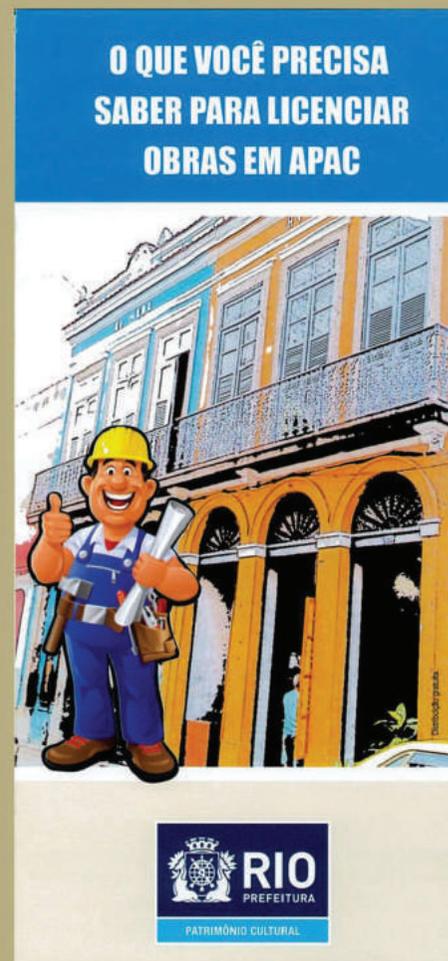
Arte-Final

Janaína Fernandes

Supervisão Gráfica e Editorial

Miguel Paixão

O que você precisa saber para licenciar obras em APAC?



O folder educativo e de orientação para a realização de obras em imóveis de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural.



Distribuído gratuitamente no IRPH
 Tiragem limitada



As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC)**.

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações específicas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)¹, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiosincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**², que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

¹ Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

² Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

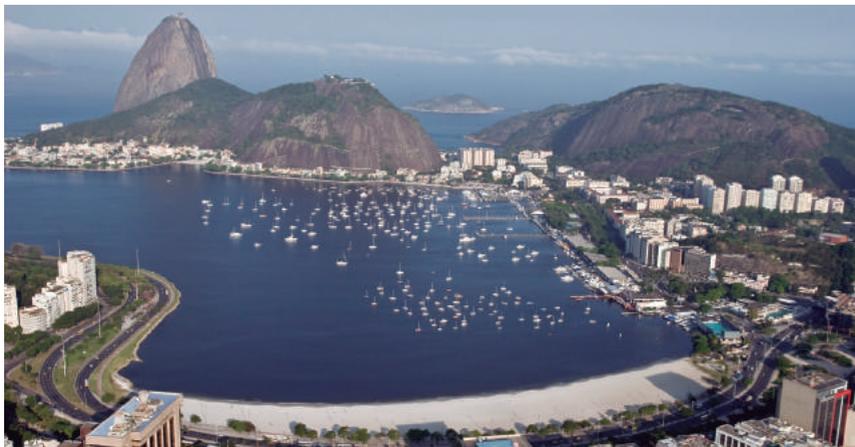
Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul. Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

SUMÁRIO

EVOLUÇÃO URBANA	03
BOTAFOGO – VÁRIAS ÁREAS DE PROTEÇÃO	07
BENS TOMBADOS PELO DECRETO n. 22.221/02	09
BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 22.221/02	11
BENS TUTELADOS PELO DECRETO n. 22.221/02	14
HUMAITÁ	15
BEM TOMBADO PELO DECRETO n. 26.268/06	16
BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 26.268/06	17
BENS TOMBADOS PELO DECRETO ESPECÍFICO NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO	18
MAPAS	23



Primórdios – séculos XVI e XVII

Estácio de Sá, no início da colonização, doou a Antonio Francisco Velho, que o ajudou na fundação da cidade do Rio de Janeiro, uma sesmaria, como agradecimento aos serviços prestados. As terras eram constituídas por um grande vale delimitado pelos morros do Corcovado e Dona Marta; pela cadeia de morros divisória de Copacabana; pela Lagoa Rodrigo de Freitas (Socopenapã) e pela Enseada (chamada pelos franceses, na época, de “le Lac”, o Lago, por causa de suas águas tranquilas). Era uma área alagadiça, cortada pelos rios Berquó, Banana Podre e seus afluentes. Havia, ainda, uma laguna (onde hoje se situa a Rua Dezenove de Fevereiro), que logo foi aterrada. A sesmaria de Francisco Velho abrangia os atuais bairros de Botafogo e Humaitá e ainda parte dos vizinhos.

Não houve uma ocupação considerável nesses dois primeiros séculos na região. No entanto, o local já se configurava como uma área de passagem que ligava o Centro da cidade às terras do engenho que cercundava a Lagoa de Socopenapã. Os assentamentos locais eram ligados às atividades da lavoura e serviam de subsistência à cidade, instalada no Morro do Castelo e cercanias.

Em 1590, o local passou a ser chamado de Botafogo por causa do então proprietário João Pereira de Souza, o Botafogo, que havia comprado as terras de Francisco Velho. Por ter sido chefe de artilharia do Galeão Botafogo, João Pereira recebeu esse apelido. Mais tarde, quando foram se configurando os bairros cariocas, parte da área de Botafogo recebeu o nome de Humaitá em homenagem à Batalha de Humaitá travada na Guerra do Paraguai, tornando-se um bairro independente.

No final do século XVII, surge uma das figuras centrais da história de Botafogo/ Humaitá, o padre Clemente José Martins de Matos. Padre Clemente exerceu cargos importantes dentro da Igreja como o de vigário geral e de tesoureiro. Em 1680, comprou a sesmaria de Botafogo e fundou a Fazenda do Vigário Geral ou de São Clemente. Ergueu uma capela em homenagem a São Clemente, que existiu até o início do século XX, no local onde se encontra a atual Rua Viúva Lacerda. Também abriu um caminho que ia da Enseada até essa capela – o Caminho de São Clemente. Em homenagem à sua mãe que morreu em 1698, Padre Clemente batizou o morro junto às suas propriedades de Dona Marta.

Século XVIII

Após a morte do Padre Clemente suas terras foram loteadas e vendidas. Surgem algumas chácaras, com residências para veraneio das famílias mais abastadas, principalmente comerciantes. O acesso particular à Quinta de D. Clemente se tornou um logradouro público para atender às novas propriedades. No entanto, até o início do século XIX, a área era praticamente despovoada e considerada rural.

Início do século XIX - a chegada da Família Real

Em 1809, oito meses após a chegada de D. João VI ao Brasil, a freguesia de São João Batista da Lagoa, englobando Botafogo, Humaitá e parte de outros bairros da Zona Sul, foi elevada à categoria de Paróquia, atendendo a uma solicitação dos moradores locais. No entanto, por falta de verbas, somente em 1831, foi construída a Matriz de São João Batista, utilizando a doação de Joaquim Batista Marques de Leão.

D. Carlota Joaquina, esposa de D. João VI, logo que chegou ao Rio de Janeiro, escolheu um terreno na praia Botafogo esquina com o Caminho Novo (atual Rua Marquês de Abrantes) para construir sua mansão. Ela e o marido moravam em casas separadas e, só se encontravam nas cerimônias oficiais. A presença de D. Carlota valorizou o bairro e suas terras ficaram disputadíssimas. De bairro rural, transformou-se no local preferido dos nobres e dos comerciantes ingleses que o apelidaram de **Green Lane**, Faixa Verde, devido a beleza do lugar.

O Marquês de Abrantes logo se estabeleceu num solar na Praia de Botafogo e promovia regatas na Enseada. As competições partiam da Fortaleza de São João (na Urca) e iam até defronte à sua casa. Ele assistia o evento de sua varanda, junto com convidados da Família Real e outras personalidades. Em 1826, foram abertas as ruas Nova de São Joaquim, atual Voluntários da Pátria (que só em 1870

teve seu prolongamento até Humaitá); e, parte da Real Grandeza, definindo novos contornos ao bairro. Até o momento existiam apenas o Caminho do Berquó (atual Rua General Polidoro), o Caminho de Copacabana (Rua da Passagem), a Praia de Botafogo e a Rua São Clemente. Os logradouros eram abertos pelos proprietários das chácaras e depois doados ao município.

A parte mais nobre da região era a Rua São Clemente, onde se instalaram os barões do café. Na Rua Voluntários da Pátria, moravam os comerciantes e os pequenos nobres. Logo em seguida, foram abertas as ruas Dona Mariana, Sorocaba e Paulo Barreto (Delfim) e, mais distante, outra rua, a do “Lá vai um” (a Venceslau Brás), junto ao Hospício Pedro II e o Asilo Santa Teresa. O processo de parcelamento do solo foi acelerado para atender uma procura cada vez maior por parte das pessoas que não queriam mais morar no Centro.

O século XIX – meados e final

Um fator importante para o crescimento da região foi o advento do transporte marítimo de passageiros. Em 1843, um serviço de barcos a vapor passou a ligar o bairro de Botafogo ao Saco do Alferes, no Centro (atual bairro de Santo Cristo). Em 1844, outra companhia iniciou a ligação da Enseada de Botafogo à Ponta do Caju, próximo à Quinta da Boa Vista.

Em 1852, a Santa Casa de Misericórdia inaugurou o Cemitério de São João Batista, que representou um marco histórico para a cidade por ter sido um dos primeiros cemitérios sem distinção de classes.

O sistema de iluminação a gás foi inaugurado em 25 de março de 1854, substituindo o antiquado e dispendioso sistema a óleo de baleia. A área continuou seu processo de urbanização, vieram os bondes, o abastecimento de água, o serviço de limpeza pública. Nessa época, foi assinado o primeiro contrato de limpeza urbana no Brasil com a empresa Aleixo Gary & Companhia, cujos funcionários

usavam em seu uniforme a inscrição Gary dando nome à profissão de lixeiro - gari.

O bairro ganhou outro serviço de transporte marítimo, em 1867, a Companhia de Barcas Ferry, que oferecia em suas linhas um serviço de transporte proporcionado por velozes e elegantes embarcações. Disponha de dois atracadouros, um dos quais, em frente à Rua São Clemente.

Em 1868, uma parte do Caminho de São Clemente, que passava pela Chácara Olaria (adquirida, em 1825, pelo Sr. Joaquim Batista Marques Leão), passou a ser conhecida por Humaitá, em homenagem à batalha naval de Humaitá. Em 1881, a chácara é loteada e o nome Humaitá incorporou-se ao local.

A Matriz de São João Batista da Lagoa, na Rua Voluntários da Pátria, sofreu sua primeira reforma dentre várias que aconteceriam depois.

O dinamismo do bairro atraiu também populações não aristocráticas e suas ruas internas foram ocupadas por imigrantes e pessoas menos abastadas, que construíram casas modestas e lojas de pequeno comércio. A região foi estabelecendo usos comerciais e de serviços ao longo de seus eixos. Diferentes funções e camadas sociais passaram a conviver no mesmo bairro.

Na segunda metade do século XIX, os últimos donos de fazendas desmembraram suas propriedades em chácaras e sítios, novas ruas foram abertas, novos palacetes e casarões construídos.

Início do século XX

O bairro ganhou colégios, o Imaculada Conceição, o Santo Inácio e o Andrews; casas de saúde, Dr. Peixoto (depois Dr. Eiras); e os clubes, o Guanabara e o Botafogo.

Em 1903, o Colégio Santo Inácio, fundado pelos padres jesuítas, começou a funcionar na Rua São Clemente. Logo os jesuítas iniciaram o processo de ampliação da escola que du-

rou vários anos. Para tal, o diretor do colégio, o Padre Natuzzi, permitiu que os operários que trabalhavam nas obras do Santo Inácio se estabelecessem nas terras dos padres nas encostas vizinhas. Nascia, assim, a favela do Morro Dona Marta, nos finais da década de 1920.



Em 1904, foi fundado o Botafogo Football Club, que em 1942 uniu-se ao Club de Regatas Botafogo (existente desde 1894). Da união dessas duas agremiações nasceu o tradicional Botafogo de Futebol e Regatas.

Em 1905, a reforma urbana do prefeito Pereira Passos ampliou a Avenida Beira-Mar na orla da Praia de Botafogo, dotando-a de jardins e arborização, no estilo "Promenade", mantendo o nome de Praia de Botafogo.

No início do século XX, ampliou-se o leque de habitantes de Botafogo, são comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, militares, artesãos e operários. Apareceram as habitações coletivas, os cortiços e as vilas. A obra de Aluísio Azevedo – o Cortiço – se passa justamente numa vila na Rua Assunção. Mais ruas são implantadas entre as duas principais vias, São Clemente e Voluntários da Pátria, definindo um novo desenho urbano. Elas são estreitas e longas, divididas em lotes igualmente estreitos e profundos, que foram ocupados predominantemente pela classe média. Este desenho influenciou para que as atividades comerciais se concentrassem nos eixos principais, sem invadir as quadras internas.

Começaram a surgir os primeiros prédios de no máximo quatro andares. Aumentaram as atividades comerciais e de serviços para atender aos bairros vizinhos, como o Jardim Botânico.

Em 1937, a legislação urbana definiu a forma de ocupação e verticalização do bairro: para as ruas São Clemente e Voluntários da Pátria, dois a seis pavimentos; na Praia de Botafogo, 5 a 10 (em 1944 passou para 12 pavimentos); para o resto do bairro, dois a três pavimentos. Foram proibidas as construções de vilas e cortiços.

Com a verticalização, muitas casas e sobrados foram demolidos para dar lugar aos edifícios de apartamentos.

Atualmente

A inauguração do metrô e a escassez de terrenos e áreas disponíveis na Zona Sul promoveram, a partir da década de 80, a redescoberta dos bairros de Botafogo e Humaitá, estimulando novos lançamentos imobiliários.

Hoje em dia, a região tem a segunda maior população da Zona Sul.

No bairro encontra-se, a sede da prefeitura - o Palácio da Cidade, instalado no imponente prédio construído, em 1937, para Embaixada da Inglaterra e comprado, em 1975, pelo governo municipal.

No início da década 1960, foram removidas as comunidades do Pasmado e Macedo Sobrinho. A Favela Dona Marta escapou da remoção, porque estava estabelecida em terrenos dos jesuítas. Os moradores resolveram mudar o nome para Santa Marta. Em 28 de novembro de 2008, foi instalada a primeira UPP - Unidade de Polícia Pacificadora - da cidade e a favela encontra-se atualmente ocupada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em 1981, a área conhecida como Humaitá virou oficialmente um bairro. Entretanto, a integração do bairro do Humaitá com Botafogo é tão grande que é difícil para os seus moradores identificar os limites políticos administrativos dos dois bairros.



Rua Jornalista Orlando Dantas - lado ímpar



Desde 1987, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vinha se preocupando com o patrimônio histórico e cultural dos bairros de Botafogo e Humaitá, que corria o risco de ser destruído pelo avanço da especulação imobiliária. Em 9 de setembro de 1987, por meio do Decreto nº 6.934, vários exemplares representativos da história e da ocupação desses bairros foram tombados provisoriamente, como igrejas, palacetes, além de vilas e edificações mais modestas. Continuando o processo, verificou-se a existência de conjuntos arquitetônicos que mantinham a ambiência das primeiras décadas do século XX, além de exemplares arquitetônicos de estilo eclético, neocolonial e normando. Foi promulgado um novo decreto em 12 de dezembro de 1990 (Decreto nº 9.904) que contemplou novos imóveis.

Apesar da promulgação dos Decretos de tombamento nº 6.934/87 e 9.904/90, as solicitações da Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Botafogo, que há muito tempo vinha trabalhando no sentido de melhorar as condições da região e de preservar sua memória cultural, não cessaram. E, em 4 de novembro de 2002, pelo Decreto nº 22.221, foi finalmente instituída a APAC de Botafogo.

É um projeto de preservação da ambiência urbana de uma das mais significativas regiões da cidade. A diversidade social de Botafogo

proporcionou o surgimento de inúmeras linguagens arquitetônicas, gerando características urbanas singulares.

Nessa região se encontra um número expressivo de edificações remanescentes do final do século XIX e início do século XX. Muitas dessas imponentes mansões estão ocupadas por consulados, colégios e sedes de empresas. As atividades de serviços, clínicas médicas, escritórios técnicos e restaurantes, ocupam, nas ruas internas, as edificações residenciais de menor porte, sobrados, chalés e casas térreas.

Estudado como um todo, o bairro se mostrou fragmentado no conjunto, oferecendo, no entanto, trechos com características homogêneas que representavam uma identidade cultural. Diferente de outras áreas da cidade, Botafogo não se enquadrou no conceito estrito de uma APAC. Pois não possuía continuidade urbana nas suas tipologias arquitetônicas que apresentasse interesse para preservação. Contudo, é nesse bairro onde se concentra um dos maiores acervos de bens tombados na cidade, o que mereceu a criação de várias áreas de proteção visando a manutenção da ambiência desses bens. Foi constatado, também, um número expressivo de exemplares remanescentes do final do século XIX e início do XX, apresentando um amplo leque de tipologias e estilos arquitetônicos.

A primeira preocupação do Patrimônio Cultural foi o inventário e a classificação do grande acervo arquitetônico e urbanístico de Botafogo.

Na proposta de criação da APAC, foram tombados vários bens que apresentavam excepcional valor histórico e cultural e que, ainda, não haviam sido protegidos. Logo foram identificados os bens arquitetônicos que formavam conjuntos de valor significativo e, assim, foram definidas 13 subáreas de proteção e quatro de entorno de bem tombado. Em seguida, foram registrados os demais exemplares arquitetônicos.

Os estudos indicaram quatro grupos distintos de edificações que assim foram classificados:

1 – Bens de interesse individual para tombamento - imóveis que se destacavam no seu contexto edificado por suas excepcionais características e ofereciam uma dominância visual no conjunto no qual se inseriam. Foram tombados, quatro estátuas; um busto; uma obra de arte de engenharia; 49 edificações.

2 - Bens de interesse para preservação de conjunto - Imóveis que se destacam na pai-

sagem urbana como conjunto homogêneo, quer por sua tipologia, quer pelas características estilísticas ou pela volumetria, criando uma atmosfera peculiar àquela região. Foram preservadas 530 edificações.

3 – Bens de interesse para simples registro - Imóveis que apresentavam características arquitetônicas expressivas, porém não integravam nenhum conjunto, nem tinham excepcional valor individual.

4 – Bens apenas tutelados - as demais edificações que se encontravam nas subáreas e que por isso tornam-se sujeitas às restrições que visem sua compatibilização e integração ao conjunto preservado.

Recomendou-se, também, a manutenção e conservação da arborização ao longo das ruas internas do bairro, assim como os meio-fios de cantaria existentes nos passeios das ruas.

Posteriormente, os Decretos, 22.643 de 10 de fevereiro de 2003, e 29.690 de 12 de agosto de 2008 complementaram o decreto que criou a APAC de Botafogo.





Estátua Crepúsculo situada nos Jardins da Praia de Botafogo



Estátua da Poesia situada nos Jardins da Praia de Botafogo



Estátua Maternidade situada nos Jardins da Praia de Botafogo



Busto Boccage situado na Praça Bariloche

Obra de Arte de engenharia

Viaduto Santiago Dantas, na interliga a Praia de Botafogo e a Rua Fernando Ferrari



Edificações na Rua Álvaro Ramos - 337, vila 341 (casas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8), 347



Edifício Julio Barros Barreto, na Rua Fernando Ferrari, 61



Edificações na Rua Dona Mariana - vila 133 fundos (casas 1, 2, 3 e 4)



Edificações na Rua Elvira Machado - 4, 6, 8 e 10



Edificações na Rua Voluntários da Pátria - 32 (inclusive 32A, 32B, 32C), 36 (inclusive 36 A, 36 B) e vila 34 (casas 1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24)



Edificação na Rua General Severiano, 170 - (fora da APAC)

Edificações na Rua Jornalista Orlando Dantas, 13 e 15



Edificações na Rua Principado de Mônaco, 134



Edificações na Rua Visconde de Caravelas, 74





Área 1

Rua Capistrano de Abreu: 10, 12.
 Rua Cel. Afonso Romano: 9, 25, 49, 59, 67;
 50, 60, 74, 92, 100.
 Rua Conde de Irajá: 71, 79, 91, 131; 110.
 Rua da Matriz: 31, 33, 37, 41, 43, 63, 67, 81,
 89, 93, 103, 105, 107, 109, 111.
 Rua das Palmeiras: 13, 15, 19, 65, 67, 69; 12,
 14, 22, 24, 26, 46, 54, 60, 62, 66, 68, 80, 82,
 84, 86, 88, 94, 96, 108, 110.
 Rua Dezenove de Fevereiro: 19, 21, 23, 27,
 29, 41, 49; 38, 40, 44, 52, 54, vila 56 (casas I,
 VII, VIII, IX, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII).
 Rua Dona Mariana: 25, 29, 35, 65, 81; 18, 22,
 40 .
 Rua Goethe: 15, 25, 35, 45, 55, 65, 75, 85; 54,
 66, 74, 86.
 Rua Guilhermina Guinle: 41, 77, 95, 105, 127,
 207.
 Rua Martins Ferreira: 53, 57, 59, 65, 79; 22,
 26, 28, 42, 86.
 Rua Miranda Valverde: 45, 57, 67, 75, 103,
 115, 123, 135; 24, 32, 40, 46, 56, 64, 118.
 Rua Real Grandeza: 45, 53, vila 59 (casas: II,
 IV, VI, X, XII, XIV, XV e XVI), 61, 69, 75; 48, 56.
 Rua São Clemente: 239, 265, 285, 287, 289,
 291, 295, 407, 409, 411.
 Rua Sorocaba: 35, 51, 71, 81, 85; 108, 190,
 232, 258, 264, 320, 336, 344.
 Rua Voluntários da Pátria: 258, 260, 274.

Área 2

Rua Assunção: 346, 378, 450.
 Rua Barão de Lucena: 31, 37, 47, 61, 67, 71,
 81, 85; 8, 16, 20, 28.
 Rua Theodor Herzl: 35; 42, 56, 64, 90.



Rua Theodor Herzl, 35

Área 3

Rua Assunção: 13 (inclusive 13A e 13B), 33.
 Rua Bambina: 19, 71, 73, 85, 85A, 91, vila 93
 (casas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), 95, 97, 115,
 125, 137, 141, 155, 157; 4, 24, 26, 40, 42, 44,
 46, 120, 122, 150, 152, 154, 154A, 158, 160.
 Rua Marechal Niemeyer: 4.
 Rua Marquês de Olinda: 87 (inclusive 87A, 87B,
 87C), 95 (inclusive 95A e 95B); 74, 94.
 Rua Muniz Barreto: 548, 554, 574, 610, 618,
 628, 636, 660, 682, 746, 760, 776, 792.
 Rua Professor Alfredo Gomes: 33; 18, 48.
 Rua Vicente de Souza: 29; 4, 6, 16, 32, 34, 42.
 Rua Visconde de Ouro Preto: 47, 51, 67, 81; 54,
 56, 60, 76, 80, 84, 86.



R. Muniz Barreto, 746

Área 4

Rua Mundo Novo: 62, 360, 378, 390, 410, 418,
 602, 614, 680, 714.
 Rua Assunção: 2 (pavilhão Santa Clarice); esca-
 daria entre os diferentes níveis da Rua Mundo
 Novo.



Rua Assunção, 02 – Pavilhão Santa Clarice

Área 5

Rua Clarice Índio do Brasil: 56.
Rua Jornalista Orlando Dantas: 1, 5, 7, 9, 41,
43, 45, 47; 2, 4, 8, 36, 44, 60.



R. Jornalista Orlando Dantas, 60

Área 7

Praia de Botafogo: 74, 110, 114, 124, 130,
132, 148.



Praia de Botafogo, 132

Área 6

Praia de Botafogo: 198.
Rua Barão de Itambé: 67, 69, 73.
Rua Farani: 8, 10, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26.



Praia de Botafogo, 198

Área 8

Largo Almirante Índio do Brasil: 5 e 5A.
Praia de Botafogo: 452, 454, 456, vila 462
(casas 1, 3, 5, 7, 9, 11 e 15), 480, 490.
Rua São Clemente: 7, 9, 13, 17, 19, 21, 23, 31,
33, 35, 37, 39, 41.
Rua Voluntários da Pátria: 10, 18, 20.



Rua São Clemente, 39

Área 9

Rua Estácio Coimbra: 47, 51; 16, 20, 22, 26, 34, 40, 44, 58, 62, 66, 80, 84.

Rua São Clemente: vila 107 (casas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14, 15A,16).



Rua Estácio Coimbra, 20/22

Área 10

Rua Dezenove de Fevereiro: 101, 105, 109, 115, 127, 147, 155, 157, 161, 165, 173; 90, 92, 94, 96, 116, 120, 122, 124, 126, 128, 146, 154, 158, 160, 162, 164, 166, 172, 184, 186, 188, 190, 192, 194.

Rua Elvira Machado: 19.

Rua Mena Barreto: 2, 4, 8, 14, 16, 18, 22.

Rua Paulino Fernandes: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 21, 23, 59, 67, 73, 77, 79, 83; 6, 10, 14, 18, 70, 72.

Rua Paulo Barreto: 75, 77, 83, 87, 109, 111, 113, 119, 121, 123; 64, 66, 70, 74, 80, 82, 84, 86, 100, 102.

Rua Teresa Guimarães: 55, 87, 111, 121, 137, 165, 175, 195; 56, 148.

Rua Voluntários da Pátria: 147, 151.



Rua Paulino Fernandes

Área 11

Rua Álvaro Ramos: 353, 463, 469, 471; 260, 270, 280, 290, 394, 404, 406, 408, 414, 418, 450, 474, 482, 504, 524, 538, 550.



Rua Alvaro Ramos, 260

Área 12

Rua Principado de Mônaco: 24, 48, 68, 88, 94, 158



Rua Principado do Mônaco, 48

Área 13

Rua Conde de Irajá: 581.

Rua Hans Staden: 13, 21, 23, 27; 20, 22, 24, 34

Rua Visconde de Silva: 20, 28, 30, 32, 38, 42, 62, 64, 70.

Rua Visconde de Caravelas: 1, 5, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 33, 63; 2, 6, 22, 28, 68.



Rua Visconde de Caravelas



Praia de Botafogo: 462 vila (casa: 13)
 Rua Álvaro Ramos: 388, 400, 530.
 Rua Assunção: 2 (pavilhões: Nossa Senhora das Graças, Santa Ana, Santa Teresa e Nossa Senhora de Fátima).
 Rua Bambina: 87.
 Rua Barão de Lucena: 57, 75, 95; 24, 32, 38, 48, 52, 56, 72.
 Rua Conde de Irajá: 31.
 Rua da Matriz: 39, 47, 49, 79, 87, 95, 97, 99, 101.
 Rua das Palmeiras: 3, 5, 23, 25, 31, 57, 59; 10, 16, 78, 90, 98.
 Rua Dezenove de Fevereiro: 11, 15, 17, 39, 43, 45, 51, 53, 55, 151, 153, 159, 163, 167; 22, 46, 48, 50, 132.
 Rua Dona Mariana: 37, 37A, 65 (anexo), 79.
 Rua Elvira Machado: 5, 7, 13, 15; 16,18.
 Rua Estácio Coimbra: 50, 54, 64, 76.
 Rua Farani: 4, 6.
 Rua Fernando Ferrari: 252, 252 B.
 Rua Guilhermina Guinle : 163, lote 02 PAL45050.
 Rua Hans Staden: 15; 30.

Rua Jornalista Orlando Dantas - terreno vizinho ao n.º 25, 37, 49, 53; 56, 58, terreno da CEG.
 Rua Martins Ferreira: 75 ; 14.
 Rua Muniz Barreto: 464, 560, 566, 584, 646.
 Rua Paulino Fernandes - 29, 31, 87; 30, 32, 36, 68.
 Rua Paulo Barreto: 73, 79, 81, 85, 91, 105, 115 vila (casas:1, 2, 3, 4, 5, 6, 7), 117; 60, 60 A, 76, 78 vila (todas as casas incluídas), 90, 92, 94, 96, 98 vila (todas as casas incluídas), 108, 112.
 Rua Professor Alfredo Gomes - 9, 11.
 Rua Real Grandeza: 59 bloco VIII.
 Rua São Clemente: 107 vila (casas: 7, 8, 9, 10, 13, 15).
 Rua Sorocaba: 54, 80, 90, 112, 122, 138, 158, 172, 176, 240, 246, 294, 302, 316.
 Rua Teresa Guimarães: 15, 25, 35, 45, 67, 73, 79, 83, 95, 129, 147, 157, 185; 20, 26, 36, 42, 48, 70, 78, 84, 92, 110, 140, 144.
 Rua Vicente de Sousa: 31, 33; 8, 12, 24, 24A.
 Rua Visconde de Caravelas: 47, 49, 55, 57, 71; 8, 20, 78.
 Rua Visconde de Ouro Preto: 63; 58, 66, 78.
 Rua Visconde de Silva: 6, 10, 14, 22, 26, 66, 68.



Rua Jornalista Orlando Dantas



Em 27 de março de 1997, os moradores do bairro Humaitá solicitaram à prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a preservação das edificações das Ruas Cesário Alvim e Davi Campista. Em 2002, o Departamento de Inventário e Planejamento (DIP) promoveu o inventário dos bens do bairro de Botafogo e parte de Humaitá, para realização dos estudos para proteção do acervo edificado dessa região. No entanto, atendendo a determinação do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, o DIP interrompeu os estudos sobre Humaitá, aguardando época mais oportuna para tal.

Mais tarde, os estudos retornaram dentro da mesma metodologia já consolidada pelo departamento. O trabalho constatou que o

bairro ainda abrigava exemplares de edificações construídas no Rio de Janeiro entre o início e a década de 1940 do século XX. A preservação buscava a manutenção da identidade física do bairro, a integração da comunidade na defesa e conservação de seu patrimônio cultural e a garantia de maior qualidade de vida. De posse dos dados levantados, foi feita uma análise dos imóveis quanto sua importância arquitetônica e definidas duas subáreas.

As subáreas foram formadas por grupos de ruas, cujas edificações apresentavam valor arquitetônico de conjunto, com base na integração de seus estilos arquitetônicos, tipologias e volumetrias homogêneas.

Subárea 1 – conhecida como Alto Humaitá. Destacam-se as ruas João Afonso, Viúva Lacerda, Vitório da Costa, Maria Eugênia, Miguel Pereira, Diógenes Sampaio, Embaixador Morgan, Aiuru, Praça Ituci e parte do lado par da Rua Humaitá. Ruas Alfredo Chaves e Icatu. Ruas Cesário Alvim, Davi Campista, Mário Pederneiras e Mário de Andrade.

Essa subárea está emoldurada pela encosta do morro do Corcovado. As ruas são em aclive, na maioria sem saída, conservando recantos distantes da poluição sonora e atmosférica, onde a natureza e a vida tranquila resistem ao burburinho existente logo abaixo, na Rua Humaitá.

Muitas de suas edificações foram inspiradas no movimento eclético classicizante. Existem, também, alguns exemplares dos estilos normando e neocolonial. A volumetria dessas edificações se apresenta de forma homogênea, com casas de um a dois pavimentos, implantadas no centro de terreno ou com fachadas geminadas e no limite frontal do lote. Observaram-se também, de forma esparsa, prédios de três a quatro pavimentos, com inspiração art-déco, que não chegaram a quebrar a horizontalidade da área.

De um modo geral, tanto as fachadas como as volumetrias desses imóveis, indicados para preservação, conservavam características estilísticas de sua arquitetura original, com pequenas alterações.

Subárea 2 – compreende parte das ruas Visconde de Caravelas, General Dionísio, Capitão Salomão e Visconde Silva. Distingue-se das demais pela sua topografia plana e malha urbana regular, com quarteirões regulares, lotes de testadas estreitas e grandes profundidades, proporcionando ao observador um ritmo constante. Neste contexto, nota-se a presença de alguns edifícios que, nos anos 1970, romperam a paisagem horizontal e o ritmo predominante, quando foi permitido o gabarito entre oito e 12 pavimentos.

A Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) do Humaitá foi criada pelo Decreto n.º 26.268, em 20 de março de 2006. O bairro atualmente encontra-se praticamente unificado ao de Botafogo, pelo eixo representado pelas ruas Humaitá, São Clemente e Voluntários da Pátria, no entanto, possui ainda características próprias.

BEM TOMBADO PELO DECRETO n. 26.268/06



Sede Humaitá do Colégio Pedro II, na Rua Humaitá n.º 80.





Subárea 1

Rua Aiuru: 58, 88; 59, 63, 69, 73

Rua Alfredo Chaves: 12,16, 26, 54, 56, 58, 60, 62, 64; 15, 21, 23, 39, 51, 57, 59, 63, 65.

Rua Cesário Alvim: 10, 20, 28, 32,46, 48, 56; 15, 21, 39, 43, 59

Rua David Campista: 16, 40, 50, 60, 88, 100, 110, 132, 144, 144ª; 15, 35, 45, 75, 105, 131, 165, 195

Rua Diógenes Sampaio - 18, 36, 40, 74, 80, 88; 3, 33, 55, 65, 71.

Rua Embaixador Morgan: 12, 14, 16, 18, 20, 26, 40, 56;7, 11, 15, 43, 59 (rua Aiuru 71)

Rua Humaitá: 34/36,122, 124, 134, 140, 170, 172

Rua Icatú: 2, 12, 14, 16, 18, 32, 34, 36, 40, 60; 21, 23, 27, 29, 35, 33, 71.



Rua Icatu, 21

Rua João Afonso: 22, 30, 32, 34, 38, 40, 42, 46, 60 vila (casas: I, II), 60A, 62, 66, 68, 70A, 78, 80; 13, 15, 21, 25, 27, 29, 29 fundos, 31, 31 fundos, 33, 35A, 35B, 57, 61, 63, 63B, 89, 91, 93, 95

Rua Mário de Andrade: 14, 34, 44; 31, 35, 41, 43, 47, 49

Rua Mário Pederneiras: 54; 7, 11, 31



Rua Miguel Pereira, 71

Rua Miguel Pereira: 22, 28, 38, 44, 54, 56, 60, 66, 74, 78, 90, 92, 96, 100; 41 (parque do Martelo), 47, 59, 63, 71, 83, 87, 93, 95, 97, 99

Rua Miguel Pereira: 22, 28, 38, 44, 54, 56, 60, 66, 74, 78, 90, 92, 96, 100; 41 (Parque do Martelo), 47, 59, 63, 71, 83, 87, 93, 95, 97, 99

Rua Maria Eugênia: 82, 90, 138, 148, 158; 55, 77, 91, 123, 157, 167, 217, 249, 261

Rua Sarapuí: 7.

Rua Vitória da Costa: 6, 12, 30, 38, 42, 44, 50, 54, 58, 64, 70, 74, 76, 82, 84, 84A, 90; 5, 5A, 5B, 11, 19, 21, 25, 37, 45, 51, 67, 73, 79.

Rua Viúva Lacerda: 72, 84, 94, 104, 112, 160, 196; 31, 37, 45, 53, 73, 81, 87, 95, 101, 109, 117, 123, 131, 139, 145, 153, 159, 165, 173, 193, 203, 213, 223, 233.



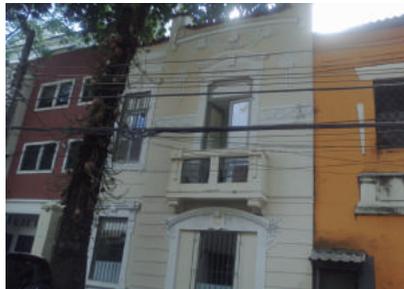
Rua Viuva Lacerda, 112

Subárea 2

Rua Capitão Salomão: 44, 46, 48, 50, 70; 53, 55, 57, 69.

Rua General Dionísio: 43, 57.

Rua Visconde de Caravelas: 148, 154, 176, 178, 180, 184, 186, 190, 192; 177, 179.



Rua Visconde de Caravelas, 148



Fundação Rui Barbosa, na R. São Clemente, 134 - Tombamento em 11/05/38 – Livro Histórico - insc. 032 e Livro de Belas Artes insc. 052 (F)



Casa, na R. das Palmeiras, 35 - Tombamento em 27/02/67 - Livro Histórico insc. 392 – (F).

Museu do Índio, na Rua das Palmeiras, 55 - Tombamento em 27/02/67 - Livro Histórico insc. 393 - Decreto nº 6.934/87 (F)



Museu Villa Lobos, na R. Sorocaba, 200 - Tombamento em 27/02/67 - Livro Histórico insc. 394 (F)



Jardim de Infância Marechal Hermes, na R. Capistrano de Abreu, 1 - Tombamento em 14/03/79 – Proc. E 03/38235/78 (E)

Imóveis, na Rua Capistrano de Abreu, 14/16 - Tombamento em 13/12/02 - Res. 068/02 (E)

Imóvel, na Rua São Clemente, 421 - Tombamento em 13/12/02 - Res. 068/02 (E)

Conjunto Arquitetônico, na Rua Conde de Irajá, 53,63, 85, 90, 98, 109, 115, 125, 139, 145, 177, 183, 191 e 201 - Tombamento em 13/12/02 - Res. 068/02 (E)

Conjunto Arquitetônico, na Rua Martins Ferreira, 12, 24, 30, 38, 40, 44, 46, 48, 50, 76, 78, 80, 82, 88; 23, 25, 47(ant), 55, 61, 63, 71, 73, 77 - Tombamento em de 13/12/02 - Res. 068/02 (E)

Tomabamentos em 09/09/1987, pelo Decreto nº 6.934/87 (M):

Pórtico do cemitério São João Batista, na Rua General Polidoro s/ nº - Atribuído a José Maria Jacinto Rabelo

Igreja Imaculada Conceição, na Praia de Botafogo, 266 - Desenho do Padre Clavelin

Igreja Matriz de São João Batista, na Rua Voluntários da Pátria, 287 - Arquiteto Adolpho Morales de los Rios



Igreja Anglicana, na Rua Real Grandeza, 99

Santa Casa de Misericórdia, na Rua São Clemente, 446

Chalet Olinda – (Parte da antiga Casa de Saúde Dr. Eiras), na Rua Assunção, 2

Quartel do Corpo de Bombeiros do ERJ, na Rua Humaitá, 126



Casa de Lineu de Paula Machado e jardins, na Rua Dona Mariana, 19 e Rua São Clemente, 213 - Arquiteto Armando Carlos da Silva Telles - Tombamento em 10/05/2006 em pelo processo E-18/000735/05



Casa Arquiteto Antonio Januzzi Filho, na Rua General Dionísio, 53



Palácio da Cidade - Antiga Sede da Embaixada da Inglaterra, na Rua São Clemente, 360



Escola Alemã Corcovado, na R. São Clemente, 388

Casa, na Rua São Clemente, 284

Gurilândia Clube Infantil, na R. São Clemente, 408 - Arquiteto Heitor de Mello

Vila, na Rua Humaitá, 102

Vila, na Real Grandeza, 176, 178 e 182 - Arquiteto Manoel José Guerreiro

Vila – Apartamentos Jorge, na R. São Clemente, 241, 243 e 245 -

Vila, na Rua Visconde Caravelas, 30/38 - Arquiteto Antônio Jannuzzi

Colégio Jacobina (a fachada e, a partir desta, 8m de fundos), na Rua São Clemente 117



Tombamentos em 12/12/1990, pelo Decreto nº 9.904/90 (M)

Conjunto Arquitetônico, na Rua Professor Alfredo Gomes, 8, 12, 14, 21, 22, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 36 e 37



Casas, na Rua Bambina, 25, 112, 114, 118 (antigo 68), 123 e 135

Sobrados, no Largo dos Leões, 70 e 80

Casas, na Rua Muniz Barreto, 730 e 810

Casas, na Rua Dona Mariana, 21, 23, 41, 56

Consulado do Líbano, na Rua Dona Mariana, 44



Casas, na Rua São Clemente, 300, 379 e 385

Igreja e Colégio Santo Inácio, na Rua São Clemente, 240

Sobrados Geminados, na Rua Voluntários da Pátria, 194/196/198

Casas, na Rua Eduardo Guinle, 36, 44, 57

Casa, na Rua Guilhermina Guinle, 151

Casa, na Rua Clarisse Índio do Brasil, 19

Casa, na Rua Vicente Souza, 25



Casa, na Rua São João Batista, 104

Museu dos Teatros, na Rua São João Batista, 105

Escola Britânica, na Rua Real Grandeza, 87



Casas Geminadas, na Rua das Palmeiras, 7/9

Palacete, na Rua Mundo Novo, 482

Espelho D'Água da Enseada de Botafogo
- Tombamento em 01/03/1988 - Decreto nº 7.444/88 (M)

Casa do Sen. Afonso Arinos de Mello Franco, na Rua Dona Mariana, 63 - Tombamento em 20/11/1990 - Decreto nº 9.798/90 - Arquiteto José Gonzáles Soares (M)

Casa, na Rua Bambina, 59 - Tombamento em 24/01/1995 - Decreto nº 13.625/95 (M)

Monumento Almirante Tamandaré, na Praça Tamandaré - Tombamento em 08/11/1995 - Decreto nº 14.334/95 - Autor Leão Veloso (M)

Casa, na Rua Visconde Silva, 58 - Tombamento em 17/11/1997 - Decreto nº 16.296/97 (M)

Fundação Getúlio Vargas (1955), na Praia de Botafogo, 190 - Tombamento em 18/09/98 - Lei nº 2677/98 - Arq. Oscar Niemeyer (M)



Edifício Mesbla II, na Rua General Polidoro, 74 - Tombamento em 03/08/2000 - Decreto nº 18.837/00 - Arquiteto Henri Paul Pierre Sajous (M)

Imóvel, na Rua São Clemente, 175 - Tombamento em 04/10/2000 - Decreto nº 19.008/00 (M)

Chafariz - Atribuído às Fundições Val d'Osne, na Praça Nicarágua - Tombamento em 05/10/2000 - Decreto nº 19.011/00 (M)



Estátua Harmonia - Fundições Vald' Osne - Jean Jacques Pradies, no Largo dos Leões - Tombamento em 05/10/2000 - Decreto nº 19.001/00 (M)

Obras paisagísticas de Burle Marx - (Canteiros da Praia), na Praia de Botafogo - Tombamento em 04/08/2009 Dec nº 30936/09 (M)



Áreas APAC Botafogo

Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.



Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.